NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 setembro de 2022

SUMÁRIO

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – Contexto Operacional 3
NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações e Principais Práticas Contábeis 3
NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa 4
NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas 5
NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo 6
NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo 7
NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes 9
NOTA 8 – Imobilizado 9
NOTA 9 – Intangível 10
NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial 10
NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar 11
NOTA 12 – Demais Obrigações 11
NOTA 13 – Obrigações a Longo Prazo 12
NOTA 14 – Patrimônio Líquido 13
NOTA 15 – Receita Líquida 14
NOTA 16 – Despesas Administrativas 14
NOTA 17 – Outras Despesas 14
NOTA 18 – Outras Receitas 15
NOTA 19 – Despesas/Receitas Financeiras 15
NOTA 20 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas 16
NOTA 21 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL 16
NOTA 22 – Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC 16
NOTA 23 – Demonstração do Valor Adicionado – DVA 16
NOTA 24 – Programa de Assistência à Saúde: Codevasf-Saúde 16
NOTA 25 – Entidade Fechada de Previdência Privada 16
NOTA 26 – Informes Complementares 17

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3º TRIMESTRE DE 2022

NOTA 1 – Contexto Operacional

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – é empresa pública com capital social pertencente integralmente à União, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, criada pela Lei nº 6.088/1974 e suas alterações, é ainda regida pela Lei 13.303/2016 e, subsidiariamente, pela Lei 6.404/1976, por seu Estatuto Social e demais normas de direito aplicáveis.

Tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação. Também visa a promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Desta forma, cumpre sua função social que é o desenvolvimento das bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável e contribui para a redução das desigualdades regionais.

NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações e Principais Práticas Contábeis

a) As demonstrações financeiras evidenciam as informações relevantes e tempestivas ocorridas no período, e são apresentadas em comparação com o período anterior, de forma acumulada;

b) As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância às disposições da Lei 6.404/76 e dos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e estão apresentadas com valores expressos em reais, exceto quando indicado de maneira diversa;

c) Caixa e Equivalentes de Caixa referem-se a Recursos da Conta Única Aplicados, Bancos, Fundo de Aplicação Financeira e Limite de Saque da Conta Única;

d) Transações envolvendo certos ativos e passivos referentes a perdas relacionadas às contas a receber e provisões com riscos tributários, cíveis e trabalhistas, são quantificadas por meio de estimativas, as quais refletem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação;

e) As aplicações de curto prazo estão registradas pelo valor original e são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Todos os recursos aplicados são prontamente conversíveis em moeda;

f) Os estoques de almoxarifado estão registrados pelo custo de aquisição;

g) A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos (bens patrimoniais), sendo esses seguros reconhecidos na despesa pelo seu período de cobertura;

h) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, sendo a depreciação calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas estabelecidas pelo Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017;

i) As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência;

j) As Perdas Estimadas de Valores a Receber são calculadas considerando a Tarifa D'água-K1 e a Titulação de Terras;

k) O ativo intangível composto por direito de uso e programas de software é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear;

l) Face a empresa ser estatal dependente do Tesouro Nacional, e em cumprimento ao que determina o item 9.4 do Acórdão TCU nº 2016/2006, alterado pelo Acórdão TCU nº 23/2008, e considerando que a empresa tem a sua contabilidade executada no Siafi, ressalta-se que não há divergência entre os valores dos Balanços Patrimoniais levantados sob os regimes das contabilidades pública e societária.

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Numerários disponíveis ou aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, que podem ser convertidas em dinheiro no curto prazo.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	30-set-22	31-dez-21
CTU - Recursos Da Conta Única Aplicados	57.986.904,28	40.350.733,95
Demais Bancos	0,16	62.679,76
Fundo de Aplicação Financeira	51.332.186,32	51.333.349,47
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – O.F.S.S.	69.139.312,38	89.097.400,80
Total	**178.458.403,14**	**180.844.163,98**

a) CTU – Recursos da Conta Única Aplicados – são os recursos próprios arrecadados, aplicados por meio do sistema Siafi. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN se encarrega da metodologia de aplicação.

b) Demais Bancos trata de saldo do Banco Bradesco que se destina à custódia de valores relativos à aquisição de energia elétrica para o Projeto de Integração do São Francisco – PISF. A redução dos valores se deu na conta da Caixa Econômica Federal através de bloqueio por ordem judicial e ofício da Secretaria Nacional do Tesouro – STN para devolução do valor à Conta Única do Tesouro Nacional (CTU).

c) Fundo de Aplicação Financeira apresenta saldo das contas do Banco do Brasil e do Banco Bradesco, ambas pertencentes ao PISF, por força da exigência de legislação específica para atuação no mercado livre de aquisição de energia elétrica.

A Codevasf foi designada como operadora oficial do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, a partir de 14 de março de 2014, pelo Decreto

nº 8.207/2014. A abertura de conta corrente no Banco Bradesco, excepcionalmente autorizada pela STN, deve-se ao fato de a Codevasf aderir ao mercado livre de aquisição de energia elétrica. Essa é uma condição obrigatória aos participantes desse mercado.

Em função da sistemática de créditos efetuados pela CCEE em favor da Codevasf, a conta bancária de investimentos mantida no Bradesco possui, na data de 30/09/2022, o saldo de R$ 183.564.490,85 Desse montante, R$ 49.948.528,07 foi contabilizado como Fundo de Aplicação Financeira bem como R$ 244.038,87 referente a valores que transitaram na conta corrente do Bradesco, desse montante R$0,16 estão contabilizados como Demais Bancos. A diferença tanto na aplicação quanto na conta corrente é controlada por meio de conciliação bancária.

O assunto segue sendo acompanhado pela Presidência da Codevasf com a área administrativa – Gerências de Finanças e de Contabilidade e área técnica – Gerência de Operação do Projeto de Integração do São Francisco – PISF que está com processo administrativo interno para manifestação sobre valor residual na conta do Agente de Liquidação e Custódia da CCEE – Banco Bradesco – a fim de garantir a segurança das operações e permanência no mercado livre de energia elétrica.

NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Registra os créditos da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no Vale do São Francisco e Parnaíba, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K-1.

Tabela 2 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Descrição	30-set-22	31-dez-21
Faturas/Duplicatas a receber	81.509.122,19	77.371.410,71
Ajuste Perdas de Créd. Liquidação Duvidosa	(10.024.169,96)	(14.861.757,96)
Total	**71.484.952,23**	**62.509.652,75**

a) Faturas a receber: O faturamento dos títulos a receber decorrentes da Tarifa D'água K1, tem como base o que estabelece o inciso III do art. 28 da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, além dos critérios de cálculos para a cobrança de arrecadação de Tarifa D' água K1 pelo grupo de trabalho constituído pela Codevasf, em atendimento à Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 2.005/2020 e Resolução da Codevasf nº 895/2021.

Tabela 2.1 – Movimentação Crédito a Curto Prazo: Faturas - Tabela 2

Descrição	30-set-22
(-) Recebimentos	-6.804.265,14
(+) Faturamento Tarifa D' Água	9.737.816,96
(+) Reclassificação Longo Prazo para Curto Prazo	1.204.159,66
(=) Líquido	**4.137.711,48**

b) Ajuste para Perdas Estimadas: A metodologia de apuração de perdas estimadas ocorreu com base no Pronunciamento CPC 48. Contempla, com base no relatório de inadimplência, os títulos em atraso nos últimos 05 (cinco) anos, referentes a pessoas jurídicas e físicas, considerando uma estimativa de perda prospectiva para 01 (um) ano.

NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Essas contas englobam Adiantamentos a Empregados, Tributos a Recuperar, Depósitos Restituíveis, Outros Créditos a Receber, Almoxarifado e Despesas Antecipadas, além de Perdas Estimadas.

As tabelas 03 a 07 apresentam a composição de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, totalizando R$ 104.067.950,43. O saldo de Titulação de Terras compõe a rubrica Títulos a Receber.

5.1 Adiantamentos Concedidos

Compreende as antecipações concedidas a pessoal a título de décimo terceiro salário, suprimento de fundos e antecipação de férias.

Tabela 3 – Adiantamentos Concedidos

Descrição	30-set-22	31-dez-21
Salários e Ordenados - Pagamentos Antecipados	1.189.045,42	1.807.181,59
Adiantamento Concedido	106.808,00	0,00
Total	**1.295.853,42**	**1.807.181,59**

a) Salários e ordenados referem-se ao valor de uma remuneração, sendo esse valor descontado em até 08 (oito) parcelas (para empregados contratados na vigência da Resolução nº 09/1996, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST).

b) Adiantamento Concedido trata de valores disponibilizados aos empregados detentores do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Suprimento de Fundos).

5.2 Tributos a Recuperar/Compensar

Todos os valores listados estão em processo de restituição, via Perd/Comp (Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação), aguardando homologação pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. A redução dos valores decorre dos deferimentos ocorridos no período.

Tabela 4 – Tributos a Recuperar/Compensar

Descrição	30-set-22	31-dez-21
IRRF a Compensar	3.699.206,96	4.205.914,86
COFINS a Recuperar / Compensar	0,00	4.530,36
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	233,34	981,78
IR E CSLL a Recuperar / Compensar	235,35	7.624,61
Total	**3.699.675,65**	**4.219.051,61**

5.3 Outros Créditos a Receber

Tabela 5 – Outros Créditos a Receber

Descrição	30-set-22	31-dez-21
Créditos por Danos ao Patrimônio	766,91	0,00
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	433.398,45	385.370,20
Créditos a Receber Decorrente de Infrações Legais e Contratuais	11.183.307,86	9.365.465,16
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	173.191,27	45.530,78
Títulos a receber	80.236.739,61	79.905.708,28
Titulação de Terras	*78.805.497,08*	*78.590.072,41*
Outros Valores a Receber	*1.431.242,53*	*1.315.635,87*
Ajuste para Perdas sobre Créditos Apurados	-7.356.000,37	-12.152.842,01

Devedores por Transferências Voluntárias	110.275,77	821.010,99
Termo Execução Descentralizada (concedidos)	13.473.614,23	21.582.210,59
Remuneração da Conta Única a Receber	157.963,36	107.155,93
Total	**98.413.257,09**	**100.059.609,92**

a) Títulos a receber: Compreendem valores a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, referentes a uso ou aquisição de terras (Titulação de Terras) e Outros Valores a Receber tais como multas contratuais decorrentes de notas de débitos e outros valores administrativos.

Tabela 5.1 – Movimentação Títulos a Receber, da tabela 5

Descrição	30-set-22	31-dez-21
Saldo	**79.905.708,28**	**77.738.302,82**
(+) Reclassificação LP p/ CP	3.782.744,66	2.314.515,45
(-) Recebimentos	-8.161.009,65	-6.204.931,34
(+) Faturamento Titulação	6.342.393,60	6.066.095,85
(+) Baixa por Renegociação	-1.748.703,94	0,00
(+/-) Notas de Débitos	115.606,66	-8.274,50
(=) Líquido	**80.236.739,61**	**79.905.708,28**

b) Termos de Execução Descentralizada - TED (concedidos): A redução do saldo da conta decorre de aprovação de prestações de contas apresentadas no período.

c) Ajuste para perdas sobre créditos apurados: Houve redução no valor de R$ 4.796.841,64 tendo por base o relatório de inadimplência da Gerência de Finanças da Codevasf.

5.4 Estoques de Almoxarifado:

Tabela 6 – Almoxarifado

Descrição	30-set-22	31-dez-21
Materiais de Consumo	547.996,72	437.626,40
Total	**547.996,72**	**437.626,40**

5.5 Despesas Pagas Antecipadamente

Despesas antecipadas se referem a seguros, assinaturas de periódicos e tributos pagos a apropriar contabilizadas em observância ao regime de competência.

Tabela 7 – Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	30-set-22	31-dez-21
Assinaturas e anuidades a apropriar	27.124,14	6.713,41
Prêmios de seguros a apropriar	82.772,79	82.819,84
Tributos pagos a apropriar	1.270,62	11.268,26
Total	**111.167,55**	**100.801,51**

NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo

São classificáveis no Realizável a Longo Prazo contas da mesma natureza das contas do Ativo Circulante, porém sua realização é certa ou provável após o término do exercício seguinte.

6.1 Faturas/Duplicatas

Representam os créditos realizáveis a longo prazo da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no vale do São Francisco, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K1.

Tabela 8 – Faturas/Duplicatas

Descrição	30-set-22	31-dez-21
Clientes	1.920.947,95	1.773.164,56
Total	**1.920.947,95**	**1.773.164,56**

6.2 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Tabela 9 – Demais Créditos e Valores

Descrição	30-set-22	31-dez-21
Créditos por Dano ao Patrimônio de Créditos Administrativos	64.583,84	64.583,84
Crédito por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU	39.602.259,28	39.602.259,28
Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores	-39.666.843,12	-39.666.843,12
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	33.028.213,93	31.303.783,02
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	64.381.459,21	23.278.589,64
Total	**97.409.673,14**	**54.582.372,66**

a) Créditos por Danos ao Patrimônio: Os decorrentes de apuração administrativa e os apurados por meio de Tomada de Contas Especial – TCE, devem ser registrados somente após decisão de condenação definitiva pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

b) Depósitos Restituíveis e Vinculados: são depósitos efetuados na Justiça, decorrentes da interposição de recurso, relativos a ações cíveis e trabalhistas.

c) Outros Créditos e Valores a longo prazo: Trata-se de títulos a receber das Unidades Parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, denominados Titulação de Terras, e demais títulos administrativos. O aumento na conta em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado na tabela 9.1, decorre quase que na sua totalidade a apropriação do faturamento de venda de lotes familiares do Projeto Público de Irrigação Pontal ocorrido no 2º trimestre de 2022.

Tabela 9.1 – Movimentação Outros Créditos e Valores - Tabela 9

Descrição	30-set-22
(-) Reclassificação LP p/ CP	-3.487.088,15
(-) Recebimentos	-267.602,65
(+) Faturamento/Cobrança – Titulação	44.857.560,37
(=) Líquido	**41.102.869,57**

6.3 Investimentos e Aplicações: Letras Especiais

Representa o valor total das ações da Eletrobrás e Tractebel vendidas, que foram convertidas em NTN's através das Portarias - STN nºs 59 e 63 de 1998, em cumprimento ao Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pelo Decreto nº 10.687, de 02/03/1994.

Tabela 10 – Títulos Públicos – Letras Especiais

NTN-P		
Vencimento	**30-set-22**	**31-dez-21**
2030	91.948,25	87.055,86
Total	**91.948,25**	**87.055,86**

NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes

A participação da Codevasf no capital de outras entidades é avaliada pelo Método de Custo, que consiste em reconhecer o investimento pelo valor original da transação e por não apresentar influência significativa. Frisa-se que esses investimentos, pelo método de avaliação utilizado, não influenciarão nos resultados da Companhia ao final do exercício.

Tabela 11 – Entidades Investidas

Entidade Investida	Custo Original
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	156.487,27
Cooperativa Agrícola M do Projeto de Irrigação de Bebedouro I	180.092,77
Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	281.937,88
Companhia Agrícola de Sergipe - COMASE	104.443,51
Companhia de Saneamento de Sergipe	215.675,53
Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA	113.415,79
Agro Industrias do Vale do São Francisco	977.961,89
Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê	158.029,19
Coop Agrícola de Irrigação do Projeto de Ceraima	44.103,95
Coop Agrícola de Irrigação do Projeto de Estreito	2.000,00
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	251.301,89
Cooperativa Agrícola de Irrigação do Vale do Gorutuba I	3.547,82
Embraer Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A	241,01
Total	**2.489.238,50**

NOTA 8 – Imobilizado

O Imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. Após o reconhecimento, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão.

A depreciação é calculada pelo método linear, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017, cujos valores são absorvidos no resultado do exercício.

Para utilizar as atuais taxas de depreciação, a Codevasf leva em consideração o custo/benefício. O custo com o controle será maior que o benefício trazido pela não adoção da atual tabela, isto é, o custo para implementar uma nova tabela de depreciação e de vida útil econômica estimada é mais oneroso.

Tabela 12 – Imobilizado

Imobilizado	31-dez-21	Adições	Baixas	30-set-22	AH%
Bens Móveis	627.382.138,43	1.111.772.935,28	-942.508.657,89	796.646.415,82	26,98
Total de Bens Móveis (1)	**627.382.138,43**	**1.111.772.935,28**	**-942.508.657,89**	**796.646.415,82**	**26,98**
Bens Imóveis	38.854.889,50	288,58	-12.616,94	38.842.561,14	-0,03

Obras em Andamentos	*2.345.207.699,30*	*615.503.603,46*	*-15.959.398,78*	2.944.751.903,98	25,56
Estudos e Projetos	*126.819.181,91*	*7.207.273,89*	*-31.254,18*	133.995.201,62	5,66
Instalações	*260.316.553,15*	*5.889.577,79*	*-194.489,70*	266.011.641,24	2,19
Instalações Codevasf	*51.822,54*	*0,00*	*0,00*	51.822,54	0,00
Instalações Projetos	*260.264.730,61*	*5.889.577,79*	*194.489,70*	266.348.798,10	2,34
Total de Bens Imóveis (2)	**2.771.198.323,86**	**628.600.743,72**	**-16.197.759,60**	**3.383.601.307,98**	**22,10**
Depreciação Bens Móveis	-87.566.897,39	-76.889.013,83	63.820.482,05	-100.635.429,17	14,92
Depreciação Imóveis	-23.266.215,77	-505.891,62	0,00	-23.772.107,39	2,17
Total Depreciação (3)	**-110.833.113,16**	**-77.394.905,45**	**63.820.482,05**	**-124.407.536,56**	**12,25**
Total Imobilizado (4) = 1+2+3	**3.287.747.349,13**	**1.662.978.773,55**	**-894.885.935,44**	**4.055.840.187,24**	**23,36**

Em relação à conta de Bens Imóveis em Andamento, a Codevasf iniciou os trabalhos de avaliação dos saldos no início de 2022. Após o levantamento dos valores para regularização dos registros, foi constituído pela Presidência da empresa, um grupo de trabalho em maio/2022, envolvendo as diretorias técnicas para identificação de valores e posterior reclassificação dos ativos e/ou baixa por doação.

O Grupo de Trabalho está analisando os registros e confeccionando relatório de procedimentos necessários para regularização e controle das contas que será submetido à homologação e posteriormente para os registros cabíveis – pelas unidades de contabilidade da Sede e Superintendências. O decorrer do trabalho está sendo acompanhado pela Administração bem como reportado à Auditoria Interna.

NOTA 9 – Intangível

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de Amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Tabela 13 – Intangível

Descrição	31-dez-21	Adições	Baixas	30-set-22
Software com Vida Útil Definida	2.799.842,84	1.145.845,59	-16.066,64	3.929.621,79
Software com Vida Útil Indefinida	3.821.324,91	685.149,94	-260,00	4.506.214,85
Software em Fase de Desenvolvimento	0,00	116.116,80	-1.551,62	114.565,18
Amortização Acumulada	-1.782.036,48	-468.761,27	6.546,96	-2.244.250,79
Total	**4.839.131,27**	**1.478.351,06**	**-11.331,30**	**6.306.151,03**

O valor da conta contábil Software em Fase de Desenvolvimento será incorporado ao Relatório de Patrimônio da Codevasf ao término do contrato que está em execução, considerando que o sistema de patrimônio incorpora software e demais bens em andamento apenas quando concluídos.

NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial

Salários a pagar: Folha de pessoal e os respectivos benefícios, que apresentam saldo, conforme tabelas 14 e 15, a seguir:

Tabela 14 – Salários a pagar e Encargos Trabalhistas

Descrição	30-set-22	31-dez-21
Salários, Remunerações e Benefícios	18.477.451,72	19.805.487,16
Décimo Terceiro a pagar	8.009.897,77	0,00
Entidade de Previdência	2.410.853,35	8.512.726,17
Férias a pagar	28.816.318,03	26.878.314,15

FGTS	6.281.661,57	2.150.194,92
INSS	17.570.417,85	12.264.747,27
Total Obrigações Trabalhistas	**81.566.600,29**	**69.611.469,67**

a) INSS: o saldo compõe-se da provisão do encargo, além do valor de INSS apropriado para recolhimento no mês subsequente.

Tabela 15 – Entidade de Previdência

Descrição	30-set-22	31-dez-21
Entidade de Previdência Complementar	1.720.558,21	7.857.901,08
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	690.295,14	654.825,09
Total	**2.410.853,35**	**8.512.726,17**

b) Entidade de Previdência Complementar: Trata-se do valor provisionado para pagamento do saldamento do Plano Benefícios Definidos BD I, junto à Fundação São Francisco de Seguridade Social - F.S.F.S.S. O saldo do curto prazo está registrado a valor presente.

NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar

A tabela 16 apresenta relação com os maiores fornecedores.

Tabela 16 – Fornecedores

Seq.	Descrição	30-set-22
1	Deva Automotores Ltda.	40.078.800,34
2	XCMG Brasil Indústria Ltda.	29.172.698,19
3	Belcar Caminhões e Máquinas Ltda.	7.295.683,50
4	CNH Industrial Brasil Ltda.	6.964.181,00
5	Fornecedores a pagar: valores entre R$ 3.000.000,00 e 5.000.000,00	14.298.315,35
6	*Fornecedores a pagar: valores entre R$ 2.000.000,00 e R$ 3.000.000,00*	6.845.467,49
7	*Fornecedores a pagar: valores entre R$ 1.000.000,00 e R$ 2.000.000,00*	12.333.423,49
8	*Fornecedores a pagar: valores até R$ 1.000.000,00*	29.946.027,14
Total		**146.934.596,50**

Tabela 16.1 – Aumento Fornecedores a Pagar

Descrição	30-set-22	30-jun-22
Fornecedores a pagar	146.934.596,50	93.323.239,87
Total	**146.934.596,50**	**93.323.239,87**

NOTA 12 – Demais Obrigações

As tabelas 17 e 18 apresentam a composição de Demais Obrigações, totalizando R$ 3.416.127.554,79.

Tabela 17 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Descrição	30-set-22	31-dez-21
Transferências Discricionárias a Pagar	109.502.111,56	116.815.174,51
Diárias a pagar	46.725,17	53.251,19
Incentivos a Educação, Cultura e outros	28.550,00	27.050,00
Precatórios de terceiros	1.102.303,46	0,00
Saque - Cartão de Pagamento do Governo Federal	85.289,44	0,00

Indenizações, Restituições e Compensações	9.805,61	14.904,00
Transferências Financeiras a Comprovar - TED (recebidos)	3.288.177.070,63	2.931.190.074,78
Taxas	179,37	0,00
Total	**3.398.952.035,24**	**3.048.100.454,48**

a) Termos de Execução Descentralizada – TED: São transferências de recursos entre órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, para execução de ações de interesse do órgão descentralizador. Nesta situação, a Codevasf figura como órgão recebedor/beneficiário dos recursos de TED. Esse passivo não é um instrumento de dívida, e sim, a obrigação de prestar contas ao órgão descentralizador.

Dos valores recebidos de TED, a Codevasf já encaminhou prestações de contas de instrumentos na ordem de R$ 1,7 bilhões. Aguardamos à análise e os efetivos registros contábeis pelos órgãos concedentes visando reduzir consideravelmente os valores dessa rubrica.

b) Transferências Discricionárias a Pagar – Registra as transferências voluntárias (Convênios e Instrumentos congêneres). Tratam-se de recursos a repassar a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

c) Precatórios de terceiros – Conforme art. 100 da Constituição Federal, à Lei nº 14.194/2021 (LDO) e à Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça, a Codevasf recebeu, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, relação dos precatórios de sua responsabilidade para fins de inclusão no orçamento de 2023. Os registros no SIAFI efetuados pelo próprio tribunal.

d) Valores Restituíveis: Compreende valores de terceiros ou retenções em nome deles.

Tabela 18 – Valores Restituíveis

Descrição	**30-set-22**	**31-dez-21**
Retenção Previdenciária - FRGPS	3.110.042,87	3.210.492,71
Indenizações e Restituições Devidas ao Tesouro	198.024,80	0,00
Impostos e Contribuições Diversas Devidos ao Tesouro	7.780.073,08	3.010.823,30
Imposto sobre Serviços	643.686,92	557.536,18
Pensão Alimentícia	227.935,67	238.710,98
Retenções	5.047.911,75	4.608.616,42
Depósitos Retidos de Fornecedores	11.679,63	0,00
Outros Consignatários	12.603,74	11.182,84
Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial	143.561,09	143.561,09
Depósitos de Terceiros	0,00	31.518,53
Total	**17.175.519,55**	**11.812.442,05**

e) Retenções e Outros Consignatários: tratam de valores retidos da folha de pagamento de pessoal, referentes a empréstimos consignados dos empregados e retenções incidentes sobre folha e rescisão de contrato de trabalho, decorrentes da participação dos empregados nas despesas com vale-cultura, auxílio-alimentação e vale-transporte.

NOTA 13 – Obrigações a Longo Prazo

Registra as obrigações da companhia cujas liquidações deverão ocorrer após o término do exercício seguinte.

13.1 Previdência Privada e Complementar

Compreende a obrigação da empresa relativo ao registro do saldamento do plano Benefícios Definidos – BD I, conforme contrato 0.041.00/2018 com a Fundação São Francisco de Seguridade Social. O saldamento será pago em 108 parcelas mensais, atualizadas pela aplicação da variação do INPC, das quais já foram pagas 54 parcelas.

13.2 Obrigações Fiscais

Compreende a obrigação da empresa relativa ao PIS/PASEP sobre faturamento referente a intimação nº 455/99, da Secretária da Receita Federal do Brasil, que se encontra na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – processo sob nº 10166.014511/96-95 PIS/PASEP – que está com a inscrição com exigibilidade de crédito suspensa.

13.3 Provisões – Riscos de Passivos Contingentes

Os registros das Provisões para Contingência Passiva: Tributária, Trabalhista e Cível, foram realizados conforme Relatório de Anexos de Riscos Fiscais da Assessoria Jurídica da Codevasf. Os riscos cuja materialização seja provável de se realizar são reconhecidos contabilmente. Os riscos possíveis são apenas divulgados em Notas Explicativas.

Tabela 19 – Riscos de Passivos Contingentes

Descrição	31-dez-21	Adições	Baixas	30-set-22
Trabalhista	1.430.099,52	6.234.252,67	0,00	7.664.352,19
Cíveis	103.509.838,80	50.002.406,83	319.789,78	153.192.455,85
Tributárias	0,00	133.167,91	133.167,91	0,00
Total Riscos Prováveis	**104.939.938,32**	**56.369.827,41**	**319.789,78**	**160.856.808,04**
Trabalhista	33.854.801,60	27.696.934,08	-28.323.582,08	33.228.153,60
Cíveis	245.553.703,26	120.560.323,53	-44.364.289,69	321.749.737,10
Tributárias	3.203.817,59	18.546.448,86	-829.789,41	20.920.477,04
Total Riscos Possíveis	**282.612.322,45**	**166.803.706,47**	**-73.517.661,18**	**375.898.367,74**

NOTA 14 – Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social: O Capital Social da Codevasf, pertencente integralmente à União, é de R$ 4.294.750.463,70, representados por 40.128.672 (quarenta milhões, cento e vinte e oito mil e seiscentas e setenta e duas) ações nominativas, sem valor nominal (*).

(*) Ações nominativas, sem valor nominal: Não há menção do valor expresso em dinheiro, como ocorre com as ações de valor nominal. O preço dessa ação será fixado na constituição da sociedade, ou no aumento de capital social.

14.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

Até o 3º trimestre de 2022 foi repassado à Codevasf, a título de AFAC, o valor de R$ 916.258.744,71.

14.3 Reservas

Houve redução da Reserva de Reavaliação no valor de R$ 1.481,76 em virtude da realização da reserva, em conformidade com o artigo 6º da Lei 11.638/2007.

"Art. 6º - Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor".

14.4 Prejuízos Acumulados

Composição da rubrica Prejuízos Acumulados:

Tabela 20 – Prejuízos Acumulados

Prejuízo Acumulado até 2021	**-3.917.041.602,54**
(+) Prejuízo do Exercício 2022	-615.259.461,46
(+) Ajuste de Exercício Anteriores 2022	-1.327.025,82
(-) Reversão de Reavaliação 2022	1.481,76
(=) Prejuízos Acumulados 3º Trimestre de 2022	**-4.533.626.608,06**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

NOTA 15 – Receita Líquida

Representa o resultado das atividades decorrentes de Titulação de Terras, Tarifa D'Água, Lotes Urbanos e Outros Títulos a Receber. O faturamento apresentado em 2022 refere-se aos registros de faturamento/cobrança dos diversos perímetros sobre Tarifa D'Água K1 e Titulação de Terras.

NOTA 16 – Despesas Administrativas

Representam as despesas incorridas no período, realizadas para a manutenção dos serviços da Codevasf. Na comparação com o exercício anterior, observa-se aumento em torno de 12,75%.

NOTA 17 – Outras Despesas

Representam as transações que não constituem atividades principais da empresa, conforme tabela abaixo:

Tabela 21 – Grupo de Outras Despesas

Descrição	**30-set-22**	**30-set-21**
Transferências Voluntárias (convênios e termos de compromisso)	313.034.069,12	209.949.963,72
Ajuste para Perdas em Clientes	7.203.526,91	5.201.587,71
Desincorporação de Ativos	23.371.518,75	4.350.538,31
Incentivos à Cultura (vale cultura)	254.050,00	244.800,00
VPD - Provisões de Riscos Trabalhistas	6.234.252,67	6.401.392,32
VPD - Provisões de Riscos Fiscais	133.167,91	0,00
VPD - Provisões de Riscos Cíveis	50.002.406,83	22.391.387,60
Multas Administrativas	1.774,08	0,00
Restituições	102.519,23	56.559,93
Indenizações	978,03	0,00
Total	**400.338.263,53**	**248.596.229,59**

O incremento do saldo de Outras Despesas foi influenciado pelas Transferências Voluntárias (Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar e Transferências Discricionárias a Pagar), Provisões de Riscos (trabalhistas, tributários e cíveis – nota 13.3) e Desincorporação de Ativos que se deu em razão da aprovação de TED's concedidos e reclassificações do ativo.

NOTA 18 – Outras Receitas

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas realizadas que não estão ligadas diretamente às atividades da empresa.

Tabela 22 – Grupo de Outras Receitas

Descrição	30-set-22	30-set-21
Transferências Voluntárias	0,00	57.423,12
Doações/Transferências Recebidas Consolidação	11.731.887,67	0,00
Outros Ganhos com Incorporação de Ativo	186.622,20	1.321.583,83
Ganhos Com Desincorporação de Passivo	158.489.200,55	40.266.777,02
Dividendos	877.191,00	86.227,34
Reversão de Provisões	452.957,69	34.422.364,67
Reversão Ajuste para Perdas	16.837.956,55	11.499.306,13
Multas Administrativas	428.270,97	28.604,35
Outras	1.024.846,17	4.653.119,13
Total	**190.028.932,80**	**92.335.405,59**

Destaque para Ganhos com Desincorporação de Passivo, onde houve a análise e registro das prestações de contas dos TED's recebidos – apresentadas pela Codevasf – no montante de R$ 117 milhões, junto aos órgãos repassadores dos recursos.

NOTA 19 – Despesas/Receitas Financeiras

19.1 Despesas Financeiras

Representam as despesas referentes a juros, multas, descontos financeiros concedidos e atualizações prefixadas.

Tabela 23 – Grupo de Despesas Financeiras

Descrição	30-set-22	30-set-21
Atualização Monetária – Demais Passivos	3.263.492,56	4.144.299,86
Outras Despesas Financeiras	2.509.039,76	106.249,76
Total	**5.772.532,32**	**4.250.549,62**

a) Atualização Monetária – Demais Passivos: registra a atualização monetária sobre o parcelamento do saldamento do Plano de Benefícios I (BD I), firmado entre a Codevasf e a Fundação São Francisco de Seguridade Social.

b) Outras Despesas Financeiras: composta, quase em sua totalidade, pelos descontos concedidos através da Lei n°13.340/2016 alterada pela Lei n°14.275/2021, que autorizou a liquidação das dívidas de irrigantes pessoas físicas, referentes à venda de lotes para titulação e à tarifa de uso ou amortização das infraestruturas de irrigação de uso comum dos Projetos Públicos de Irrigação (Tarifa K1).

19.2 Receitas Financeiras

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas oriundas de juros, multas, descontos financeiros recebidos e atualizações prefixadas.

Tabela 24 – Grupo de Receitas Financeiras

Descrição	30-set-22	30-set-21
Remuneração de Aplicação Financeira	3.266.408,82	2.270.565,03
Outras Receitas Financeiras	297.779,13	443.579,39
Total	**3.564.187,95**	**2.714.144,42**

NOTA 20 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas

20.1 Subvenções de Custeio

Registra o recebimento decorrente de transferências de recursos do Tesouro Nacional para a Codevasf, visando a cobertura de gastos com pessoal e custeio em geral.

20.2 Ganhos/Perdas de Capital

Representa os valores referentes às receitas e despesas decorrentes da Alienação/Doação de bens.

NOTA 21 – **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL**

Demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade, por meio de suas mutações. No exercício destaque para o aumento de Capital ocorrido no 2º trimestre/2022 e os recursos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC recebidos (nota 14.2).

NOTA 22 – Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03. A Codevasf utiliza o método indireto.

NOTA 23 – Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, instituída pela Lei nº 11.638/07 para as companhias de capital aberto, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC n° 09.

NOTA 24 – Programa de Assistência à Saúde: Codevasf-Saúde

A Codevasf oferece aos seus empregados e dependentes o Programa de Assistência à Saúde, voltado para o atendimento das despesas assistenciais de natureza médica, odontológica e hospitalar, com regras definidas na Resolução nº 701, de 14 de dezembro de 1999.

O Programa objetiva proporcionar, aos empregados da Companhia e seus dependentes, assistência à medicina preventiva e de recuperação da saúde. No 3º trim/2022, a Empresa repassou ao programa Codevasf-Saúde o total de R$ 5.431.157,98. Em contrapartida, o valor recebido dos empregados, no mesmo período, foi de R$ 4.740.914,58.

NOTA 25 – Entidade Fechada de Previdência Privada

A CODEVASF é instituidora da Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS, entidade fechada de previdência complementar, de direito privado e sem fins lucrativos, que tem por finalidade instituir e administrar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados da Patrocinadora. São administrados 03 (três) planos, sendo 01 (um) em regime de saldamento.

No 3º trimestre de 2022, o repasse a título de contribuições mensais efetuadas para a FSFSS foi de R$ 4.268.279,82 da participação dos empregados e de R$ 5.297.271,86 da participação da Codevasf. Em relação ao saldamento, o valor repassado à Fundação foi de R$ 2.184.436,39, cujo saldo devedor, ao final do respectivo período, é de R$ 33.217.777,53, restando 54 parcelas.

NOTA 26 – Informes Complementares

Os Relatórios de Auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) associados a atividades da Codevasf têm por fundamento ações formais de auditoria daquele órgão. No âmbito dessas ações, a Codevasf mantém interlocução institucional com a CGU, pelas vias oficiais, para manifestação sobre os temas objeto de avaliação e para eventual encaminhamento interno das recomendações do órgão — os próprios relatórios, públicos e disponíveis para consulta no site da CGU, registram manifestações da Companhia. As notícias veiculadas pela imprensa abordam, portanto, assuntos que são objeto de processos formais de controle e avaliação. Com esse contexto, essas notícias não seriam motivadoras de novas ações de controle interno; elas são, na verdade, registro jornalístico de ações de controle externo já realizadas, cujos desdobramentos formais foram concluídos ou eventualmente encontram-se em andamento. Notícias relacionadas a decisões do Tribunal de Contas da União (TCU) surgem em contextos semelhantes, tendo por base processos formais de controle e fiscalização.

Até a data de levantamento das Demonstrações Financeiras intermediárias do 3º trimestre de 2022 não foram apresentadas conclusões das análises e verificações que ensejassem registros contábeis.

MARCELO ANDRADE MOREIRA PINTO
Diretor-Presidente
CPF: 008.261.025-81

RODRIGO MOURA PARENTES SAMPAIO
Diretor da Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas
CPF: 013.967.853-02

ANTÔNIO ROSENDO NETO JÚNIOR
Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
CPF: 250.692.763-87

LUIS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO
Diretor da Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação
CPF: 239.274.374-68

JULIANNA BAÍA PIO DE LIMA
Contadora CRC-DF 20.004/O-6
CPF: 954.848.091-34